

**ILZA MARIA TOURINHO GIRARDI & DÉBORA GALLAS STEIGLEDER**

ilza.girardi@ufrgs.br; deboragallas@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**

## **MUDANÇAS CLIMÁTICAS, RISCO E CIDADE: MEIOS DE COMUNICAÇÃO BRASILEIROS ENTRE O SILÊNCIO E A COBERTURA CATASTRÓFICA**

### **RESUMO**

Nosso trabalho analisa o discurso dos meios de comunicação massivos de Porto Alegre sobre a intensificação de eventos do clima que já afetam a região. Identificamos inicialmente que o jornalismo de referência local, sobretudo aquele produzido pelas emissoras de rádio e TV e publicações do Grupo RBS, optou por ressaltar as imagens catastróficas e o cenário de caos na cidade no dia seguinte à ocorrência do fenômeno. Na abordagem dessas mídias, houve pouca ou quase nenhuma percepção sobre o risco ambiental construído na arena social (Hannigan, 2009) e ausência de questionamento sobre a falta de estrutura da cidade para lidar com este e com outros possíveis eventos extremos. Assumimos, nesta proposta, que o jornalismo se constitui como discurso (Benetti, 2006) e sabemos, de imediato, que o jornalismo local do Brasil não repercute o aspecto global-local da mudança climática, contribuindo para falhas na comunicação dos riscos (Loose, 2016). Ao nos basearmos nos princípios do jornalismo ambiental, perspectiva que prevê a abordagem sistêmica dos acontecimentos e o compromisso educativo e mobilizador do trabalho jornalístico (Girardi, Schwaab, Loose & Masierer, 2012), investigamos como ocorrem silenciamentos sobre discussões importantes relativas ao contexto socioambiental da atualidade.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Jornalismo; mudança climática; discurso; risco

---

### **DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE MEIO AMBIENTE: RISCO, CLIMA E CIDADE NO CENTRO DO DEBATE**

Apesar de considerarmos as diversas possibilidades de compreensão do jornalismo<sup>1</sup>, nesta análise optamos inicialmente por sua caracteri-

---

<sup>1</sup> Como ator social, como construção social da realidade, etc. (Loose, 2016).

zação como gênero discursivo (Benetti, 2006). Isso porque o discurso é intersubjetivo – a produção de sentido se dá em um espaço entre sujeitos e considera-se suas respectivas condições de produção, de acordo com Benetti (2006). Nesse processo dialógico, o discurso é orientado, portanto, por seleções compatíveis com o interesse do leitor imaginado e com a formação ideológica a que o enunciador se filia. Em tal contexto, o silenciamento também passa a ser, consciente ou inconscientemente, uma estratégia de comunicação.

As ausências das narrativas de resistência no jornalismo servem para questionar os valores ainda tidos como centrais para a instituição jornalística, como a objetividade e a imparcialidade na comunicação dos acontecimentos (Resende, 2003). Entendemos que “o jornalismo lança mão de mapas culturais de significado que existem na sociedade e ajuda a reforçá-los ou apagá-los, contribuindo para o estabelecimento de ‘consensos’ a respeito de valores e atitudes” (Benetti, 2006, p. 5). No que diz respeito às informações sobre meio ambiente, vemos que, por consequência, “o advento das evidências científicas sobre as mudanças ambientais globais consolidou o ecológico como eixo recorrente de enquadramento da vida contemporânea” (Girardi, Schwaab, Loose & Massierer, 2012, p. 134), mas, por outro lado, a tendência de um enfoque puramente noticioso e centrado em catástrofes e em fenômenos pontuais retira a complexidade da cobertura.

Propomos, aqui, um passo em direção à perspectiva do construtivismo a fim de caracterizar as principais limitações da produção de notícias ambientais (Hannigan, 2009): a massiva presença de fontes oficiais em detrimento de outras vozes e posicionamentos; a dificuldade de encaixar conteúdos sobre meio ambiente na estrutura já consolidada de produção de notícia e a consequente desvinculação dos acontecimentos climáticos em relação às pautas de atenção permanente, como as políticas e econômicas.

Em seu trabalho, Loose (2016) identifica, no jornalismo local brasileiro, a comunicação e a legitimação de uma percepção desconectada do risco associado ao clima, uma vez que no jornal estudado não ocorre abordagem preventiva e comprometida com a governança: “estes achados reforçam que, mesmo em um País no qual as vulnerabilidades socioambientais são muitas, o que agrava o impacto dos riscos climáticos, a preocupação com o tema não se converte em ação” (Loose, 2016, p. 408). Loose entende o risco como construção social associada à probabilidade de ocorrência de um dano, e afirma que o apagamento do contexto social e histórico da região urbana que é tema da mediação jornalística analisada acaba por

não conseguir sensibilizar os leitores. Podemos então dizer que “estórias sobre tragédias favorecem molduras monocausais ao invés de molduras envolvendo redes de causas longas e complexas” (Hannigan, 2009, p. 129).

## TEMPORAL EM PORTO ALEGRE E ANÁLISE DA COBERTURA EM JORNAL LOCAL

Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, estado localizado no extremo meridional do Brasil, e concentra 1,4 milhões de habitantes. Está situada às margens do Lago Guaíba, no qual desaguam os principais rios do estado<sup>2</sup>, e ao redor dos quais se registam grandes densidades demográficas: Porto Alegre conta com 2.868,3 habitantes por km<sup>2</sup> e, juntamente com nove municípios de sua Região Metropolitana, erguidas à beira de rios como Gravataí e Sinos, é a área mais populosa do estado<sup>3</sup>. A aglomeração urbana na região é, portanto, fator de risco diante do histórico crescente de fenômenos como tempestades<sup>4</sup> e, por consequência, enchentes e deslizamentos de terra.

De acordo com o Núcleo de Pesquisas Antárticas e Climáticas (NU-PAC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Aquino, 2012), identifica-se a tendência de aumento na temperatura sazonal do estado ao longo do século XX e, até o final do século XXI, prevê-se a ocorrência de chuvas entre 35 e 40% acima do normal. Trata-se de uma situação preocupante, pois a cidade de Porto Alegre já foi o epicentro de um fenômeno extremo em janeiro de 2016: uma provável microexplosão, com rajadas de vento de até 120 km/h, causou a queda de milhares de árvores na zona urbana (Freitas, 2016). Em outubro de 2017, repetiu-se evento semelhante – possibilidade

---

<sup>2</sup> O Lago Guaíba, por sua vez, abre-se para a Laguna dos Patos, a qual possui ligação direta com o mar. Tratava-se de uma posição estratégica para o início da colonização da região, a partir da segunda metade do século XVIII: em Porto Alegre, estabeleceram-se casais vindos do Arquipélago dos Açores; mais tarde, no século XIX, foi porta de entrada para imigrantes europeus – massivamente alemães e italianos – vindos em contexto de uma política de embranquecimento de um país massivamente negro e indígena e de ocupação de fronteiras do recém-estabelecido Império do Brasil.

<sup>3</sup> Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, na seção relativa à densidade demográfica do estado em 2013, retirado de <http://feedados.fee.tche.br/feedados>

<sup>4</sup> De acordo com o Departamento de Esgotos Pluviais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, “as cheias que ocorrem no Lago Guaíba são decorrentes de vários fatores ambientais inter-relacionados, principalmente das chuvas intensas que ocorrem nas cabeceiras dos rios afluentes juntamente com o efeito de represamento decorrente do vento Sul”. Retirado de [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p\\_secas=65](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secas=65). A maior cheia desde 1941 ocorreu em outubro de 2015 e, pela primeira vez na história, alcançou os muros e comportas construídas ao redor do Cais Mauá nos anos 1970. Retirado de <https://www.sul21.com.br/jornal/muro-do-cais-maua-volta-ao-debate-depois-da-cheia-do-guaiba>.

já apontada por especialistas: chuva e ventos de até 100 km/h provocaram estragos e duas mortes em Porto Alegre e na Região Metropolitana.

Neste trabalho realizamos uma análise descritiva de abordagem qualitativa baseada na percepção do jornalismo como gênero discursivo e nos princípios do jornalismo ambiental. Nosso objeto de estudo são as reportagens especiais publicadas pelo jornal *Zero Hora*<sup>5</sup> entre 30 de janeiro e três de fevereiro sob a denominação “A Grande Tempestade”, seção provisória que contou com a colaboração de jornalistas de diversas editorias.

Nas edições dos dois primeiros dias após a ocorrência do fenômeno (30 e 31 de janeiro), a cobertura menciona suas causas possíveis, mas não as relaciona com as mudanças climáticas e não questiona o planejamento da cidade diante da iminência de outros eventos extremos ocasionados pelo processo de alterações climáticas no planeta. Aqui, ainda percebemos a desconfiança dos sujeitos enunciadorees na medida em que há silenciamento sobre o contexto. Isso porque o jornal apenas reproduz o entendimento oficial das agências de meteorologia sobre o fenômeno e cita os dados considerados “inquestionáveis” – apesar de não se saber, ao certo, qual a velocidade máxima atingida pelos ventos, uma vez que a tempestade perpassou de forma mais severa áreas que não contavam com estações de medição.

Em ambas as edições, predominam imagens sem legendas de contextualização sobre o local fotografado, o que pode endossar a desconexão com o âmbito local, entendido de acordo com a preocupação de Loose (2016). Entendemos que se trata, ainda, de uma tentativa de dessubjetivação, conforme o entendimento de Resende (2003) sobre a busca de credibilidade do discurso jornalístico por meio do apagamento do sujeito jornalista, que leva também ao apagamento do outro, por meio de “(des) realizações” (Resende, 2003, p. 12).

Esta edição é marcada, ainda, pela recorrência das fontes oficiais, o que pode ser justificado não somente pelo pouco tempo disponível para apuração, mas também pela impressão de neutralidade e pelo ideal de objetividade (Hannigan, 2009) pretendida pela mídia hegemônica. “Um dos princípios epistemológicos do jornalismo ancora-se no fato de este ser o lugar do discurso pautado pela verdade. E é esse o eixo que norteia a construção da narrativa jornalística” (Resende, 2003, p. 11).

---

<sup>5</sup> Jornal impresso com maior tiragem do estado e a sexta maior tiragem do Brasil. Sua média de circulação diária, em 2015, foi de 152.573 exemplares, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação. Também dispõe de edições online exclusivas para assinantes. Retirado de 30 de outubro de 2017, de <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>.



Figura 1: Imagens catastróficas, capa

Fonte: Zero Hora, 30 de janeiro de 2016



Figura 2: Imagens catastróficas, contracapa

Fonte: Zero Hora, 30 de janeiro de 2016



Figura 3: Versões das agências oficiais de clima brasileiras

Fonte: Zero Hora, 31 de janeiro de 2016

O campo dos média, segundo Resende (2003), é autônomo e dependente ao mesmo tempo, pois seu discurso cria e sobrevive dos discursos das demais instituições. Nestes dois primeiros dias de cobertura, é predominante a voz e a versão das fontes oficiais.

O discurso oficial publicado em 30 de janeiro de 2016 é baseado nas estações de medição existentes em Porto Alegre – Bairro Jardim Botânico e Aeroporto Salgado Filho. Apesar das afirmações reproduzidas nas duas edições anteriores sobre a velocidade dos ventos registrada, o próprio jornal destaca, na edição de 1 de fevereiro de 2016, que as áreas mais atingidas foram os bairros Menino Deus e Praia de Belas. Neste ponto, a descrição dos efeitos da tempestade novamente conduz o leitor à ideia de catástrofe, conforme verificado no texto que abre a reportagem do dia:

os prejuízos da tempestade foram tão expressivos que um final de semana não foi suficiente para contabilizá-los – e muito menos para solucioná-los. Durante dois dias, Porto Alegre tratou de consertar, de remover, de religar, de reabrir. E mesmo assim, terminado o domingo, parte da cidade continuava convulsionada. A tempestade durou minutos, mas os dias tempestuosos não têm data para acabar (Zero Hora, 2016, p. 5)

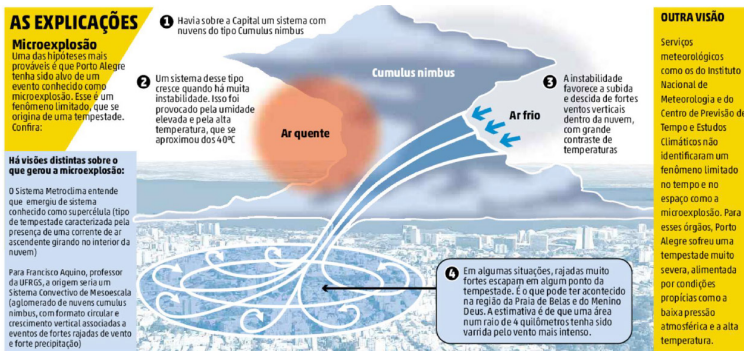


Figura 6: Explicações dos especialistas, que questionam a versão divulgada pelos serviços meteorológicos nas datas anteriores

Fonte: *Zero Hora*, 1 de fevereiro de 2017

As primeiras explicações sobre o fenômeno surgem, então, a partir da edição de 1 de fevereiro. As mudanças climáticas são finalmente mencionadas a partir da ampliação da variedade de fontes; sua provável relação com o fenômeno é apontada por um dos três especialistas entrevistados para o texto principal. No entanto, essa menção ocorre apenas em um contexto seccionado, quando o jornal aborda o fato de muitas árvores terem caído durante a tempestade. Nessa edição, no entanto, percebemos que o jornal se mostra mais afinado com a proposta de abordar os riscos, apontada por Loose (2016).

O biólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Paulo Brack, em entrevista na edição de 1 de fevereiro de 2016, menciona as mudanças climáticas no contexto do fenômeno. A afirmação é completada pelo discurso jornalístico, que desconsidera a tese de incerteza científica (Hannigan, 2009) e passa a utilizar o termo “mudanças climáticas”.

Constatamos que a voz da população local aparece apenas em relatos – primeiramente esparsos, mais detalhados nas datas posteriores – que endossam a gravidade do fenômeno e de seus efeitos. Loose (2016) pontua que, a partir da escala local, seria possível estabelecer governança “de baixo para cima”. No entanto, a maioria dos moradores entrevistados apenas relatou suas experiências antes e após a tempestade. E, enquanto isso, o discurso relatado das autoridades, em que o jornal se baseia em medida semelhante às recorrências das agências oficiais, busca acalmar a população.





Figura 8: Depoimentos publicados com destaque

Fonte: *Zero Hora*, 31 de janeiro de 2016



Figura 9: Um coqueiro que caiu

Fonte: *Zero Hora*, 1 de fevereiro de 2016

Conforme alerta Loose (2016, p. 102), “os riscos climáticos são invisíveis (quando sua manifestação é percebida, eles já se tornaram catástrofes; passaram da fase em que eram riscos e tornaram-se acontecimentos concretos)”.



Figura 10: Discurso das autoridades

Fonte: *Zero Hora*, 1 de fevereiro de 2016



Percebemos que o discurso do jornal demonstra preocupação com a impossibilidade de previsão dos eventos extremos. Isto é compreensível, visto que as discussões institucionais sobre mudanças climáticas e, por consequência – ou não –, as abordagens jornalísticas ainda são incipientes. Hannigan (2009, p. 130) afirma que “em vários pontos na sua história recente, a cobertura das notícias ambientais também sofreu porque não se encaixa facilmente dentro da estrutura de rotina da produção de notícia”; diante da perplexidade presente no texto jornalístico referente ao fenômeno climático, podemos relacionar tal constatação ao nosso objeto de estudo.

Da mesma forma, embora o jornal aborde a preocupação com as árvores nas entrevistas com especialistas, não realiza questionamento acerca do sistema de podas ao poder público, pois os dois especialistas entrevistados para a edição de 1 de fevereiro são as únicas fontes consultadas a respeito do assunto. A conduta do poder público, mesmo diante da deficiência de recursos, é elogiada em texto editorial do Grupo RBS, ao qual pertence o jornal Zero Hora.



Figura 11: Opinião RBS

Fonte: *Zero Hora*, 1 de fevereiro de 2016

O silenciamento na posição institucional evidencia a construção de sentidos da realidade pelo jornalismo (Benetti, 2006). Ao destacar a gerência sobre a arborização da cidade e o fornecimento de água e luz aos consumidores – e não, propriamente, cidadãos, visto que são “clientes” que pagam por um serviço –, o discurso jornalístico direciona a estruturação de uma normalidade que reduz o problema ambiental à queda das árvores e desconsidera a importância do princípio de precaução (Hannigan, 2009).

Apenas em 2 de fevereiro o jornal fala sobre o que é preciso mudar na cidade diante da ocorrência de eventos extremos. O jornal dá voz a fontes oficiais que admitem essa possibilidade. No entanto, sobre a avaliação relativa à condição das árvores pela cidade, apontada como necessária pelo poder público e especialistas, as autoridades não esclarecem como isso seria feito, e o jornal não as questiona – mesmo esta sendo uma das principais preocupações da população, conforme relatado em diversos textos ao longo da cobertura.

Outro ponto a permanecer em aberto é a abordagem sobre mudanças climáticas, restrita à voz das fontes especialistas no dia anterior. As fontes das agências oficiais são ampliadas frente às duas versões – Inmet e Metroclima – publicadas na primeira edição e passam a admitir uma provável intensificação dos fenômenos climáticos extremos. Uma das fontes menciona que se trata de evidência científica e o discurso jornalístico posiciona tal constatação em equilíbrio com a citação ao fenômeno El Niño. Junto à citação realizada por especialista no dia anterior, somente esta referência a mudanças climáticas se faz presente na cobertura. Uma das constatações realizadas por Hannigan (2009, p. 137) a respeito do discurso ambiental mediado é que “o meio ambiente é examinado através da lente das instituições formuladoras de opinião”.

De qualquer forma, frente ao risco envolvido por conta da provável intensificação de fenômenos de aquecimento da atmosfera e do oceano – e, por consequência, no aumento da precipitação, conforme apontado por Aquino (2012) –, consideramos fundamental ao jornalismo repensar o espaço do discurso ambiental em sua prática diária. Isso porque,

seja na gestão de catástrofes, riscos ou mesmo da sua prevenção, a necessidade de que os públicos percebam os fatores causadores e as maneiras de superá-los é de suma relevância e depende da mediação dos comunicadores. Quando se fala de riscos globais, como é o caso das mudanças climáticas, o trabalho jornalístico é indispensável. (Loose, 2016, p. 115)

Na perspectiva do jornalismo ambiental, conforme apontado por Girardi, Schwaab, Loose & Massierer (2012, pp. 136-138), é necessário haver uma prática engajada, ou seja, uma cobertura que considere o interesse público intrínseco à questão ambiental e, assim, defenda a abordagem dos problemas ambientais a partir da “atitude de alteridade”, da “incorporação da visão sistêmica” e da “alfabetização ecológica dos jornalistas”.



Figura 12: Ocorrência de fenômenos semelhantes em Porto Alegre

Fonte: *Zero Hora*, 2 de fevereiro de 2016

Nelcir Tessaro, coordenador da Defesa Civil de Porto Alegre, admite que fenômeno semelhante possa ocorrer novamente e atingir moradores de Porto Alegre – mas a preocupação, novamente, se restringe à queda das árvores.

No momento em que não há um pensamento complexo acerca do planejamento da cidade diante dos problemas ambientais, as soluções propostas não podem ser consideradas eficientes. Percebemos, então, que as soluções não são abordadas de forma integrada, com participação da sociedade e ampla divulgação. No caso de Porto Alegre, a partir do discurso jornalístico, percebemos que a cidade não é vista em sua totalidade, além de as políticas públicas de adaptação e mitigação serem recentes<sup>6</sup>. “Estragos”, “prejuízos” e “transtornos” são termos frequentes nos títulos e no corpo dos textos da edição de 2 de fevereiro de 2016. Uma abordagem sobre risco destacaria não a catástrofe e o desastre, mas a sua antecipação (Loose, 2016).

<sup>6</sup> É importante ressaltar que, em 27 de janeiro de 2016, a gestão vigente à época lançou o desafio Porto Alegre Resiliente, administrado pela Fundação Rockefeller no âmbito da iniciativa global 100 Resilient Cities. Além de Porto Alegre, o Rio de Janeiro é a outra cidade brasileira a fazer parte das localidades selecionadas pelos patrocinadores. Em Porto Alegre, a organização não-governamental Centro de Inteligência Urbana de Porto Alegre – CIUPOA, além de outros apoiadores, também participa da iniciativa. Disponível em: [http://www.portoalegreresiliente.org/downloads/estrategia\\_de\\_resiliencia\\_de\\_porto\\_alegre.pdf](http://www.portoalegreresiliente.org/downloads/estrategia_de_resiliencia_de_porto_alegre.pdf)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a cobertura jornalística do fenômeno, nos dois dias seguintes à sua ocorrência, foi permeada por silenciamentos. A reportagem foi evidentemente surpreendida e o fato de haver uma tempestade tão severa em uma sexta-feira à noite, durante o verão – época em que a cidade costuma se esvaziar – é certamente representativo para a existência de tantas lacunas no texto escrito. Portanto, diante das poucas respostas que o jornalismo foi capaz de trazer aos cidadãos, percebemos a necessidade cada vez mais proeminente de fontes jornalísticas que falem sobre eventos climáticos extremos. Entendemos que esta não seja uma responsabilidade intrínseca do jornal, pois o preparo das fontes está além das capacidades dos veículos midiáticos. Contudo, ressaltamos que essa carência na cobertura evidencia um despreparo do poder público para lidar com os crescentes recortes em ocorrências relacionadas às mudanças climáticas, assim como a ausência de questionamento e de cobranças, pelo Jornalismo, sobre medidas de prevenção e mitigação.

Instalação de sistemas de alerta à população e de rede elétrica subterrânea são algumas das possibilidades abordadas nos textos analisados de acordo com as experiências de outros estados do Brasil, como Rio de Janeiro e Santa Catarina, que sofreram na última década com tempestades que provocaram deslizamentos de terra, que, por sua vez, levaram à morte de moradores das regiões afetadas. No entanto, tais bandeiras não são assumidas pela reportagem, já que, assim como em relação a outras problemáticas apontadas na análise, as fontes oficiais consultadas não são questionadas sobre a viabilidade de implementação de novos sistemas. Hannigan (2009, p.135) destaca a dificuldade em relacionar problemas ambientais a questões científicas e a uma “agenda de ação”. Porém, acreditamos, a partir dos dados compilados por Aquino (2012), que as mudanças climáticas são uma realidade e que os meios de comunicação devem abraçar o princípio da precaução diante dos riscos comprovados e experienciados, no caso da tempestade.

O Jornalismo tem que articular vozes e discursos, de modo a garantir uma “pluralidade de perspectivas de enunciação” (Benetti, 2006, p. 9) e, portanto, circulação da diversidade social e cultural. É necessário, portanto, construir uma proposta contra-hegemônica e de resistência (Resende, 2003) diante de um jornalismo que não é propositivo e que dá mais destaque à catástrofe do que à complexidade do problema. Frente à preocupação manifestada pelo poder público, que se resume à arborização e ao impacto

das quedas de árvores no abastecimento de energia das residências e no trânsito, acreditamos que o jornalismo da mídia hegemônica, por seu amplo alcance, deve assumir o compromisso com a abordagem sobre os riscos ambientais.

Neste sentido, destacamos que Porto Alegre é a cidade berço do movimento ambientalista mais ativo do país e local de atuação do ecologista José Lutzenberger, um dos fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, nos anos 1970<sup>7</sup>. Contudo, percebemos que tal tradição ainda pouco permeia o jornalismo e a comunicação na cidade e no estado e que vícios no processo de conscientização dos cidadãos, apontados há mais de 40 anos, devem ser superados em nome da precaução. Como apontam Girardi et al. (2012), é preciso haver, então, a emergência de uma “abordagem sistemática, e não apenas motivada por eventos ou catástrofes” (p. 142). Acreditamos que as empresas jornalísticas precisam reconhecer a gravidade do problema que compromete o futuro de todos e estimular e investir na capacitação dos jornalistas para que eles façam coberturas que contribuam para informar corretamente a população incorporando o princípio da precaução e assumindo o seu papel na construção dos riscos ambientais.

## REFERÊNCIAS

- Aquino, F. (2012). *Conexão climática entre o Modo Anular do Hemisfério Sul com a Península Antártica e o Sul do Brasil*. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Benetti, M. (2006) Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. *Intexto*, 1(14), 1-11.
- Freitas, A (2016). *Como a meteorologia explica o temporal que atingiu Porto Alegre*. *Nexo Jornal*. Retirado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/02/01/Como-a-meteorologia-explica-o-temporal-que-atingiu-Porto-Alegre>
- Girardi, I., Schwaab, R., Loose, E. & Massierer, C. (2012). Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. *C&S*, 34(1), 131-152.
- Hannigan, J. (2009). *Sociologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.

---

<sup>7</sup> Em Porto Alegre e Região Metropolitana, atuaram, ainda, outros pioneiros da ecologia no Brasil, como Henrique Luis Roessler (1896-1963), Augusto Carneiro (1922-2014), Magda Renner (1926-2016) e Giselda Castro (1923-2012).

- Loose, E. B. (2016). *Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Resende, F. (2003). Ausências na comunicação social e no jornalismo: a lógica da rua. *Oficina do CES*, 197, 1-29. Retirado de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/197/197.pdf>

Citação:

Girardi, I. M. T. & Steigleder, D. G. (2019). Mudanças climáticas, risco e cidade: meios de comunicação brasileiros entre o silêncio e a cobertura catastrófica. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 135-148). Braga: CECS.